

**FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO E NEGÓCIOS DE
SERGIPE
FANESE
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESTRATÉGICA DE
PESSOAS E PSICOLOGIA ORGANIZACIONAL**

VICTOR ASSIS GOMES

**PERSPECTIVAS DO MERCADO DE TRABALHO NO
CONTEXTO BRASILEIRO DA ÚLTIMA DÉCADA:
CONTRIBUIÇÕES A PARTIR DA CIÊNCIA ECONÔMICA**

**Aracaju - SE
2019**

VICTOR ASSIS GOMES

**PERSPECTIVAS DO MERCADO DE TRABALHO NO
CONTEXTO BRASILEIRO DA ÚLTIMA DÉCADA:
CONTRIBUIÇÕES A PARTIR DA CIÊNCIA ECONÔMICA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Núcleo de Pós-Graduação e Extensão – NPGE, da Faculdade de Administração de Negócios de Sergipe – FANESE, como requisito para a obtenção do título de Especialista em Gestão Estratégica de Pessoas e Psicologia Organizacional

Orientador: Prof. Dr. Ítalo E. R. dos Santos

Coordenador do Curso:

**Aracaju - SE
2019**

VICTOR ASSIS GOMES

**PERSPECTIVAS DO MERCADO DE TRABALHO NO
CONTEXTO BRASILEIRO DA ÚLTIMA DÉCADA:
CONTRIBUIÇÕES A PARTIR DA CIÊNCIA ECONÔMICA**

**Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Núcleo de Pós-Graduação e Extensão –
NPGE, da Faculdade de Administração de Negócios de Sergipe – FANESE, como
requisito para a obtenção do título de Especialista em Gestão Estratégica de Pessoas e
Psicologia Organizacional**

Prof. Dr. Ítalo E. R. dos Santos

Coordenador de Curso

Aluno

Aprovado (a) com média: _____

Aracaju (SE), ____ de _____ de 2019.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	1
2	DESENVOLVIMENTO, RENDA E EMPREGO NA CIÊNCIA ECONÔMICA	2
3	TRABALHO E ECONOMIA NO BRASIL	8
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS	16
	REFERÊNCIAS	18

PERSPECTIVAS DO MERCADO DE TRABALHO NO CONTEXTO BRASILEIRO DA ÚLTIMA DÉCADA: CONTRIBUIÇÕES A PARTIR DA CIÊNCIA ECONÔMICA

VICTOR ASSIS GOMES¹

RESUMO

Na última década observa-se a alteração dos padrões herdados de períodos históricos passados. Nesse momento histórico, a discussão acerca do desemprego, da remuneração, da informalidade e de melhores condições de trabalho comumente estabelece que persistimos num caminho fortemente relacionado à dinâmica do capitalismo em curso, tendo sofrido reflexos condizentes à política econômica dos governos e da globalização das cadeias produtivas. Após a profunda transformação da economia brasileira, produzida através da abertura econômica, grandes grupos nacionais e internacionais dotados de grande capital se fizeram presentes no país em busca de oportunidades para a diversificação de suas fontes de acumulação de capital. Apesar das flutuações econômicas e das heranças históricas, o Brasil ainda permanece como uma das economias globais de maior potencial. Em paralelo, persiste o fato de que o mercado interno sofreu fortes restrições quanto à iniciativa de investimentos produtivos, traduzida na forte atração de capitais estrangeiros que almejam auferir lucros expressivos por meio do financiamento da dívida brasileira. Assim, esse estudo concluiu que as perspectivas para o mercado de trabalho no Brasil estão favoráveis à capacidade de geração de empregos, uma vez que possuímos uma economia na qual ainda despontam diversas oportunidades para o investimento produtivo.

Palavras-chave: trabalho, emprego, economia, Brasil.

¹ Bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Sergipe, Pós-graduando em Gestão de Pessoas e Psicologia Organizacional pela Faculdade de Negócios de Sergipe e Pós-graduado (MBA) em Finanças Corporativas, Auditoria e Controladoria pela Universidade Tiradentes. Email: summoner_aju@hotmail.com .

1 INTRODUÇÃO

Com a cultura da meritocracia o trabalhador possui maior possibilidade de controle sobre sua carreira e condição de trabalho. Com planejamento e esforço, os trabalhadores podem buscar para si melhores perspectivas no mercado de trabalho. Paralelamente, as transformações na economia geram transformações no mercado de trabalho que tendem a afetar significativamente as oportunidades profissionais.

Na última década observa-se a alteração dos padrões herdados de períodos históricos passados. Nesse momento histórico, a discussão acerca do desemprego, da remuneração, da informalidade e de melhores condições de trabalho comumente estabelece que persistimos num caminho fortemente relacionado à dinâmica do capitalismo em curso, tendo sofrido reflexos condizentes à política econômica dos governos e da globalização das cadeias produtivas.

O presente trabalho foi realizado utilizando o método dedutivo, que é “o método no qual se parte de princípios considerados indiscutíveis, teorias e leis possibilitando chegar em conclusões de virtude lógica” (LAKATOS E MARCONI, 2003, p. 106). Somado a isso, adota como objetivo explorar as relações entre economia e mercado de trabalho, por meio de revisão bibliográfica da literatura econômica pertinente.

Justifica-se a realização deste trabalho pelo interesse de apontar perspectivas para o mercado de trabalho fundamentadas na teoria econômica, de modo a contribuir para a formação de expectativas lógicas para trabalhadores e empreendedores.

Este estudo não tem como objetivo fazer sugestões de políticas para o desenvolvimento do país, ainda que se saiba que a superação de obstáculos econômicos é importante para a realização de investimentos produtivos que levem ao desenvolvimento do país, devido à influência positiva na atratividade de capitais.

A divisão do trabalho foi elaborada tendo como início essa introdução, seguida da revisão da literatura econômica. Parte, então, para o capítulo de discussão sobre trabalho e economia no Brasil, seguindo para a seção de considerações finais e, por fim, referências bibliográficas.

2 DESENVOLVIMENTO, RENDA E EMPREGO NA CIÊNCIA ECONÔMICA

Na visão de Smith (1983), a fonte de geração e riqueza é o trabalho e, por meio do aumento da produtividade, são acelerados também seus resultados sobre o mercado. O autor defende que na sociedade de uma economia de mercado a riqueza aumentaria progressivamente, conforme haveria especialização e divisão do trabalho, com conseqüente elevação da produtividade por trabalhador.

Através da liberdade individual e da concorrência de mercado, os indivíduos se voltariam às atividades que melhor executam, maximizando o retorno que obteriam por esse ofício. Paralelamente, ao buscar essa melhor condição para si, os indivíduos estariam progressivamente oferecendo melhores produtos, a preços mais baixos e, como resultado, proporcionariam a ampliação da riqueza coletiva.

Smith (1983) advogava que as economias obteriam vantagens do comércio e da mobilidade de produtos e fatores entre si, independentemente da existência ou não de vantagens naturais ou adquiridas. Não havendo intervencionismos ou barreiras a esse movimento, o preço dos produtos funcionaria como um regulador entre a vantagem de importar um produto de igual qualidade com comparativamente menor sacrifício de outro país ou região, como também de especializar sua economia para a produção especializada daqueles produtos que detém maior vantagem, auferindo ganhos no padrão de vida geral entre as economias.

Todavia, a “mão invisível” do mercado não convencia como isenta de quaisquer conflitos que poderiam se manifestar, em especial quanto à luta de classes que, por não possuírem interesses em total harmonia, produziam realidades de diferenciação na distribuição da riqueza e da renda na economia. Uma parte da riqueza deveria remunerar o trabalho, que em sua tese, é a fonte da riqueza da economia, enquanto as outras partes seriam apropriadas pelos proprietários de terras e homens de negócio.

Assim, a remuneração do trabalho, que hoje é traduzida na forma de salários, se faria através da oposição entre empresários e trabalhadores, gerando um ambiente desfavorável para essa última classe. Em teoria, os trabalhadores apareceriam como desprovidos de quantidade suficiente de capital e estariam constantemente em grandes números, concorrendo pelas oportunidades. A classe empreendedora, por outro lado, estaria organizada e em menores números, podendo coordenar-se para não concorrer por trabalhadores, elevar salários

e buscar apoio para a defesa de seus interesses na forma de leis e medidas que minariam o poder dos trabalhadores.

Na teoria smithiana, o ritmo da acumulação capitalista seria, em última instância, o motor que alimenta a criação de empregos, ainda que persistindo um conflito entre as classes. No longo prazo, as famílias estariam sendo beneficiadas, haja vista haveria abundantes melhorias na condição de riqueza material, obtida por um crescente nível de emprego e preços relativamente baixos.

Em contraposição, a visão de Marx (1893) defende que o valor-trabalho que produz a riqueza nas economias seguiria numa tendência de exploração do trabalho, que seria fundamentalmente desfavorável ao trabalhador. As economias teriam como força persistente a distribuição da riqueza em função da própria acumulação do capital, a qual não apenas estaria se intensificando, como se mobilizaria de forma brutal, culminando numa superexploração do proletariado.

Como a relação entre capitalistas e trabalhadores estaria dada como assimétrica, a remuneração seria pressionada ao nível de subsistência do trabalhador, no qual a classe trabalhadora poderia se reproduzir. Com o emprego de máquinas, equipamentos e jornadas de trabalho exaustivas, haveria uma degradação generalizada na condição de vida dos trabalhadores e uma concentração acentuada da riqueza externa à essa classe.

A partir da disseminação das ideias neoclássicas, o liberalismo aprofundou a discussão anterior da “mão invisível” de Smith (1983) por meio do conceito de custo de oportunidade, na qual a mobilidade dos fatores assumiria papel principal na maximização de retorno pelos agentes na economia. Nos modelos neoclássicos, poderiam existir infinitas combinações de capital e trabalho que ofereceriam diferentes níveis de retorno e o desdobramento das escolhas individuais dependeria de forças incrementais que deveriam justificar a não destinação alternativa dos recursos nas suas decisões. Por fim, cada agente, ao buscar maximizar seu retorno individual, também produziria efeitos de equilíbrio entre lucros, salários e ritmo de desenvolvimento nas economias.

Os modelos neoclássicos, porém, não produziam conclusões aplicáveis à realidade das economias, devido a limitações que resultavam da base argumentativa utilizada. Embora a sua contribuição tenha sido efetiva e até mesmo amplamente adotada, não seria suficiente restringir o pensamento econômico às hipóteses de concorrência perfeita, pleno emprego, mobilidade total de fatores, dentre outros. Como se posicionaria Bastos (2017, p.59), “a

hipótese neoclássica para a distribuição justa da produtividade do trabalho é apenas isso: uma hipótese que não se sustenta nos fatos”.

O problema da distribuição da renda consiste na evidente desvinculação entre a contribuição marginal de cada fator e sua remuneração, visto que essa se desenvolve por meio do conflito de interesses entre as partes, de forma exógena aos modelos teóricos (SRAFFA, 1960). Assim, a desigualdade de forças no capitalismo ocorreria devido à concentração do poder onde a classe dominante, através do monopólio dos meios de produção, se utilizaria para defender seus interesses. Os trabalhadores, que necessitam alugar sua força de trabalho para poder satisfazer suas necessidades básicas, estariam sistematicamente enfraquecidos e incapacitados de acumular capital próprio para a melhoria de suas condições.

Concomitantemente, não haveria sustentação para que o crescimento do capital levasse a um aumento no nível de emprego correlato. Isso ocorreria devido às diferentes formas de orientação do capital, dentre as quais haveria aquele diretamente produtivo, o financeiro e o humano. A acumulação de capital não estaria limitada à exploração do trabalho, uma vez que o hábito de poupar seria independente de qualquer classe social, podendo ter ocorrido ao longo de toda a história humana na forma de mercadorias e moedas. Sob um outro ponto de vista, o capital poderia resultar de valor-trabalho poupado, obtido pelo entesouramento e pela restrição do consumo por seu proprietário, dando origem a uma qualidade intrinsecamente financeira do capital.

Conforme Bastos (2017), a abordagem heterodoxa considera o custo de oportunidade de forma ampliada, uma vez que

Desde que não haja barreiras à entrada e à saída entre os ramos, os lucros tendem a se equilibrar em torno a uma taxa média a partir da determinação de preços relativos adequados, independentemente da produtividade do trabalho e da proporção entre capital constante (bens de capital e insumos) e capital variável (a folha salarial) em cada ramo (BASTOS, 2017, p.63).

Na perspectiva heterodoxa, que inclui a marxista e keynesiana, a possibilidade de crises é prevista como determinada pela dinâmica da demanda, através da retração das expectativas de lucros e conseqüente desmotivação para o investimento produtivo. Essa lógica contrasta explicitamente a Lei de Say, a qual assumiria que crises na demanda seriam impossíveis, devido à orientação que todos indivíduos supostamente teriam de produzir para poder consumir, vender para comprar, e assim por diante, não considerando o entesouramento ou a busca por acumulação.

A situação da Lei de Say defende a função da moeda como meramente um meio de troca, que ocupa lugar secundário na economia entre uma mercadoria e outra, num circuito

Mercadoria-Dinheiro-Mercadoria. A visão marxista, ao introduzir o conceito de Dinheiro-Mercadoria-Dinheiro+, retifica que a realidade capitalista é totalmente diferente, uma vez que os objetivos dos agentes são de maximizar sua acumulação de riqueza e as mercadorias seriam somente uma das situações que preveem a transformação de capital em mais capital. Nesse sentido, a participação dos trabalhadores viria a estar incluído na dinâmica capitalista ao agregar valor-trabalho aos produtos que teriam, em última instância, repartir a geração de lucros de modo desproporcional entre trabalhadores e capitalistas, possuidores dos meios de produção.

Os salários, tenderiam a ser inteiramente gastos, porém somados ao fato de que os lucros não seriam totalmente reinvestidos, fornecem evidência para a possibilidade de círculos viciosos de crises sociais e econômicas, refletidas no nível de emprego.

Semelhantemente, a visão keynesiana aponta para a impossibilidade de existência do desemprego voluntário, previsto nos moldes da Lei de Say, a qual previa que o desemprego somente ocorreria devido à preferência ao ócio, na busca de salários melhores ou, ainda, de modo friccional, ocorrendo de modo intermediário na busca e reentrada numa nova posição de emprego.

Não apenas os modelos ortodoxos não previam as crises da demanda, como também consideravam que os trabalhadores eram remunerados de acordo com sua produtividade marginal. O desemprego involuntário foi delimitado por Keynes (1996) como fenômeno que, em última instância, seria causado pela decisão de não gastar dos agentes, o que faria com que mercadorias não fossem vendidas e recursos ficassem em ociosidade. Partindo desse raciocínio, o autor aponta para a possibilidades de crises que se manifestam de forma muito significativa no mercado de trabalho, onde os indivíduos somente teriam controle do que decidiriam gastar, mas não controle por quanto tempo e montante iriam receber e, conseqüentemente, não teriam poder de decisão efetiva na sua permanência nos empregos.

A visão Keynesiana se coloca a favor do intervencionismo, e tem se sustentado pela confirmação da hipótese de uma falha inerente aos mecanismos de mercado que dificulta a reversão de uma crise de demanda efetiva em direção a um retorno do emprego, investimento e crescimento econômico. A justificativa para um Estado ativo na economia se sustentou não apenas para ambientes de crise, como para o próprio desenvolvimento econômico, por oferecer maior estabilidade às economias e oportunidades para o desenvolvimento capitalista.

Na visão de Schumpeter (1984), a dinâmica da acumulação do capital se concentraria na sucessão de modificações do modo de produção, que tenderiam a eliminar do mercado as firmas menos competitivas, dando origem ao termo “destruição criadora”. Através dessas transformações, os períodos demarcados pelo surgimento de inovações seriam caracterizados por uma melhora na situação socioeconômica dos indivíduos, influenciando positivamente o consumo e o investimento, bem como a produtividade do trabalho. A absorção da nova tecnologia se apresentaria como fio condutor em que progresso seguiria até o ponto em que se esgotaria no ponto em que as inovações fossem plenamente implementadas, refletindo numa desaceleração do ritmo de crescimento, tendo como determinante a ausência de um novo movimento de inovações. Assim, o fenômeno do desenvolvimento tecnológico influenciaria o processo produtivo de forma não-linear, mas de forma de imprevisível, conforme ocorreriam saltos tecnológicos que fomentam “janelas de oportunidade” para a manifestação de interesses capitalistas em busca da obtenção de lucros extraordinários.

Furtado (2009) defende que o desenvolvimento é alcançado mediante o crescimento na produtividade do trabalho, obtido por meio da acumulação do capital, isto é, conforme ocorrem reinvestimentos do capital excedente previamente acumulado. Nessa dinâmica, as rendas reais e absolutas dos trabalhadores observarão expansões, movimento que, por sua vez, levaria à níveis de renda que estimulariam a diversificação da demanda. Logo, o mercado seria estimulado à produção de bens e serviços diferenciados, exigindo novos movimentos na demanda que iriam requerer especializações pelo lado da oferta. A partir dessa contínua ressonância econômica, a estrutura produtiva em seu agregado produziria ciclos virtuosos na economia que, buscando esgotar as oportunidades de investimentos, proporcionaria um ímpeto de desenvolvimento econômico endógeno.

Por essa razão, ao passo que as medidas de aceleração da acumulação do capital sejam difundidas de modo desigual entre os capitalistas, seria produzida a concentração da riqueza total em favor de um número menor de capitalistas. Ao longo do tempo, como de forma gravitacional, o processo de centralização do capital distanciaria o mercado de um cenário de concorrência em direção a um mercado monopolizado, polarizando regiões, setores e empresas.

Embora os autores se concentrem em abordar as forças de desenvolvimento partindo dos capitalistas, devemos considerar haver hoje uma nova realidade do trabalho onde a figura do trabalhador pode se apoderar de meios de produção modernos, somados a canais de

distribuição e comunicação que tornam viáveis o teletrabalho e a figura dos autônomos prestadores de serviço.

Desse modo, a competição entre economias pelos capitais externos pode ser superada por novas e dinâmicas formas de acumulação de capital, tendendo a favorecer o crescimento do mercado de prestação de serviços por profissionais capacitados e, concomitantemente, prover melhorias às suas condições de vida. Assim, o destino das atividades econômicas é traçado ao passo que exista suficiente atratividade do capital para desestimular um uso alternativo dos recursos humanos pelos trabalhadores, fomentando a criação de novos caminhos de carreira para profissionais de diferentes habilidades e competências. Com isso, profissionais mais capacitados tenderiam a se distanciar ainda mais dos menos capacitados, onde aqueles mais resistentes a mudanças nas tecnologias desenvolveriam uma deficiência funcional de inserção no mercado de trabalho, gerando um aprofundamento das desigualdades de oportunidades e criando um cenário de expressiva divergência de trajetórias.

3 TRABALHO E ECONOMIA NO BRASIL

Nas últimas décadas, a geografia econômica brasileira tem sido observada sob a ótica de que estaríamos num progresso social no qual a industrialização ocuparia lugar de destaque, sobretudo nos casos de urbanização sem industrialização, como o caso de Belo Horizonte (MARTINS, 2001). Contudo, não haveria uma completa ruptura entre modelos anteriores e atuais, mas uma relação de heranças históricas e mudanças, culminando num formato “especial” de capitalismo observado no Brasil, que tem favorecido o crescimento do setor de serviços frente aos demais.

Como destaca Duca (2017), é importante considerar que o mercado de trabalho brasileiro é dotado de diversas especificidades herdadas da sua formação socioeconômica, produzindo um espaço geográfico não apenas heterogêneo entre suas regiões, como diferente de outras economias em desenvolvimento. Sendo o mercado de trabalho formado por pessoas com diversos históricos, cabe às empresas e seus gestores guiar sua atuação a partir dessas diversidades.

Haveria precedentes históricos que produziram contornos de uma trajetória de concentração comparativamente maior da riqueza no Brasil, com entraves ainda mais prejudiciais para o desenvolvimento econômico do país, perfazendo um problema nacional de significativa importância. Como exemplos, teríamos a escravidão e a Lei de Terras de 1850, essa última que vinculava o uso das terras a pagamento e não ao uso efetivo desta, permitindo uma estrutura social de servidão e exploração típica de moldes tradicionais europeus (MARTINS, 2001). Esses entraves socioeconômicos levaram, ao longo de séculos, a uma forte distinção de trajetórias dos indivíduos quanto à sua inserção no mercado de trabalho, aprofundando a distância entre os capitalistas e trabalhadores.

Segundo Duarte e Gracioli (2007), o subdesenvolvimento pode ser compreendido como uma forma específica de capitalismo. Nessa dimensão, os países, para alcançar a modernização e o desenvolvimento, devem se ater à superação de obstáculos que permanecem enraizados em suas economias (AMARAL, 2012). Esses fatores sociais, somados à dependência tecnológica, à baixa acumulação de capital nacional e ao aprofundamento da dependência de capitais externos no mercado financeiro formariam a conjuntura de integração subordinada da economia brasileira ao contexto global (MARINI, 2000). Com um desenvolvimento pouco consistente, haveria carência de oportunidades para trabalhadores

desenvolverem suas carreiras e capitalistas ampliem seus investimentos, dificultando a implantação e os resultados de programas de desenvolvimento interno de colaboradores para as empresas.

A adaptação da economia brasileira à nova realidade tende a apresentar maiores demandas com o passar dos anos, visto que a economia passou por diversas fases de desenvolvimento dentro de um contexto global de maior dinamicidade. Nos anos 50, o país passou por uma incorporação da matriz produtiva da Segunda Revolução Industrial com efeitos heterogêneos nas economias regionais e setoriais, aprofundando as distinções entre setores modernos e tradicionais (POCHMANN, 1998). Segundo Pochmann (1998), o desemprego estrutural, que tinha como determinantes a industrialização e a forte migração rural, provocaria um adensamento urbano com elevado excedente de mão de obra que findaria impossibilitado de plena absorção devido ao surgimento das “novas” tecnologias, perfazendo um forte movimento de migração de retorno e desemprego involuntário.

A dependência tecnológico-industrial, segundo Trindade (2018), estaria em vias de consolidação nos anos 1950, manifestada pelo acesso restrito às matérias-primas de maior complexidade e a bens de capital como máquinas e equipamentos concentrados nas economias centrais. No contexto citado, o monopólio das patentes e a alta demanda por divisas por vias de consumo e investimento se fariam como entraves para o pleno desenvolvimento do país. Face às constantes mudanças, a iniciativa de buscar alterar a forma de agir das pessoas e das organizações se constitui um desafio ainda maior, pois, embora essas transformações contribuam estrategicamente para a organização, exigem um processo de transformação da cultura organizacional (CRONIN 1994).

Não apenas o período subsequente ao fim da guerra desencadeou uma aceleração do investimento produtivo, mas de crescimento demográfico e acomodação de inovações nas economias, levando ao aumento vertical na produção das mercadorias para o consumo em massa, ao passo em que se reduziam os custos unitários de produção e as horas de trabalho necessária para a sua concretização (GORZ, 2003). Isso levaria a um maior tempo de ócio para os trabalhadores, favorecendo a busca pela especialização, o fortalecimento de laços familiares e melhores condições de saúde física e mental para os indivíduos, favorecendo a apropriação de conhecimentos pelos mesmos.

Os efeitos dos investimentos do pós-guerra de fato acompanharam um intenso crescimento do emprego e da renda, com uma reforma na atuação do Estado a favor de serviços amplos de proteção social, saúde e educação, culminando no que se convencionou

chamar *welfare state*, atendendo a uma crescente demanda que iniciativas privadas não haviam logrado sucesso em atender. Com a satisfação dessas necessidades mais essenciais ao progresso, o crescimento econômico durante todo o período que inclui a década de 60 e início dos anos 70 permaneceu bastante alto, levando à conclusão de Harvey (2005) de se tratar da Era de Ouro do Capitalismo.

Nesse cenário, as relações entre empresários, trabalhadores e o Estado caminhavam para efeitos de ganha-ganha-ganha, onde os trabalhadores poderiam contar com uma estrutura mais favorável de empregos e oportunidades para desenvolver-se e exercer direitos de bem-estar custeados pelo Estado. Os empresários, por sua vez, poderiam contar com uma força de trabalho mais especializada e produtiva, elevando sua produção, o que levaria a uma maior base de incidência de impostos para o Estado, embora as exigências impostas pelo avanço tecnológico viessem a demandar cada vez mais dos indivíduos no mercado de trabalho.

Os países dependentes apresentariam uma maior disputa pelos capitais gerados nacionalmente, contando com a exportação de juros e lucros advindas de seus recursos produtivos e exploração dos trabalhadores (TRINDADE, 2018). Devido ao acesso limitado às novas tecnologias, a acumulação capitalista na periferia tenderia a pressionar pela exploração do trabalho para patamares que permitissem a geração de grandes excedentes vantajosos para os capitalistas e condições desfavoráveis aos trabalhadores, sendo apoiado por políticas econômicas protecionistas e desenvolvimentistas, estas que seriam mantidas de modo razoavelmente inalterado até o Plano Real.

Somado a isso, os trabalhos de Cardoso e Faletto (1970) e Duarte e Gracioli (2007), defendem a tese de que haveria a impossibilidade da integração internacional das economias periféricas sem uma correspondente associação ou readequação dos interesses dos capitalistas nacionais. Devido à coexistência de setores tradicionais e modernos que se instalaram na economia brasileira foi criado um contexto de desenvolvimento desfavorável no qual os setores mais atrasados possibilitaram rendimentos extraordinários ricardianos que favoreceram a acumulação capitalista nos setores modernos em relação aos setores mais atrasados, sob uma conjuntura protecionista e com fracos vínculos aos progressos internacionais (TRINDADE, 2018).

Assim, a classe capitalista nacional enfrentaria, nas últimas décadas, contextos de liberalização com consequências de forte pressão econômica das iniciativas de capitais externos de maior capital tecnológico, migrando para setores com maiores vantagens comparativas, notadamente aquela de produtos primários, levando a um padrão de

reprimarização da economia nacional e a um correspondente estancamento nas oportunidades de trabalho que os setores modernos viriam a demandar (OSÓRIO, 2012).

No caso brasileiro, a estratégia de substituição de importações se mostrou incapaz de romper com a condição de subdesenvolvimento que estaria ligada à própria dinâmica de globalização (GILPIN, 2002). Como resultado da liberalização, a economia perdeu postos e trabalho de maior produtividade e, somado a isso, as oportunidades de desenvolvimento de competências e culturas organizacionais mais voltadas à inserção global (OREIRO E FEIJÓ, 2010).

Essas evidências também colaboram com a tese de um movimento de divisão internacional do trabalho no setor industrial durante o período posterior aos anos 80, o qual ocorreria em direção aos países em desenvolvimento por meio da migração de atividades mais tradicionais, intensivas no fator trabalho e dotados de estrutura de custos mais adequada que nas economias avançadas, nas quais esses seriam determinantes como fatores de expulsão. Nessas economias mais desenvolvidas estariam em maior vantagem os setores mais intensivos em tecnologia e capital (KON, 2003, p.9).

O setor terciário da economia, compreendido como as atividades sob a denominação geral de serviços se mostraria, dessa forma, um movimento que parece correlacionado ao processo aparentemente global de desindustrialização, acompanhando os interesses de acumulação nas atividades do setor secundário e, seguindo o atual padrão tecnológico, auxiliar ao adensamento do fator capital que estaria no horizonte para a modernização da indústria. Esse fenômeno estaria representado no fato que:

[...] economias subdesenvolvidas poderiam apresentar um setor terciário inchado, em função de elementos estruturais tais como a concentração da propriedade fundiária e a incapacidade do desenvolvimento industrial absorver camadas crescentes da população expulsa do campo. Nessa perspectiva, grande parcela das atividades tradicionais de serviços seria a única possibilidade de ocupação de amplos setores da população, portadores de baixa qualificação, significando, conseqüentemente, subemprego e exclusão social (MELO et al, 1998, p.2).

Essa constatação é apoiada pela literatura explorada nesse trabalho, onde nos pareceria insofismável a necessidade de ajustes na atuação das empresas, através de seus investimentos, bem como dos trabalhadores, através da dedicação do ócio para a especialização. Muito embora a industrialização seja constituída por meio da contínua realização de investimentos produtivos, há um relativo consenso sobre a convergência do declínio da participação desse setor no crescimento econômico na fase atual de desenvolvimento capitalista, cedendo participação aos serviços (PALMA, 2005). Nesse cenário, a rentabilidade das atividades viria

a atuar moldando os interesses dos indivíduos e capitalistas, possibilitando trajetórias de progresso acelerado e carreira, assimilando novas práticas e tecnologias em novos mercados de produção voltados às inovações na entrega de valor como diferencial propulsor da demanda agregada.

Contudo, o financiamento da dívida nacional sob um cenário de juros elevados, que atuava como método de controle da inflação, levaria não apenas em desestímulo ao crescimento como também a um ciclo vicioso que culminou na crise cambial (MOLLO, 2011; PINTO e GONÇALVES, 2015). Paradoxalmente, o capital produtivo estaria perdendo espaço para o capital financeiro, formando bases para uma “financeirização” que assume força sobre a economia global deslocando capitais que outrora estariam mais inclinadas ao investimento produtivo, criação de empregos e riqueza (CHESNAIS, 1996).

O caso brasileiro de “financeirização” é estudado por Bruno *et al* (2009) e Miranda (2013), os quais argumentam que houve uma penetração intensa desse fenômeno desde o início dos anos 80, devido ao crescimento da dívida pública e à rápida elevação das taxas de juros. Seguido pela abertura financeira e comercial do Brasil nos anos 90, essa nova fase de integração da economia brasileira teria provocado uma maior dependência externa, notadamente de capitais especulativos. Portanto, segundo a lógica apresentada pela literatura, seria a partir desse momento de ruptura que as principais demandas “reprimidas” se manifestariam com maior intensidade, levando o mercado a extinguir modelo de produção de menor produtividade e adotar práticas modernas, o que exigiria um correspondente movimento de capital humano para levar adiante essas transformações.

Contudo, conforme o capital permanecia desestimulado de ser investido de modo produtivo, trabalhadores e capitalistas no país tiveram parte de sua trajetória desfavorecida, devido à deterioração das forças de crescimento econômico no curto, médio e longo prazo que o desinvestimento em fatores de importância fundamental para o progresso causara. Paralelamente, as empresas foram pressionadas a pensar acerca da distribuição de lucros, levando em consideração a destinação de capital para a aprovação de dividendos e as expectativas voltadas ao curto prazo dos seus acionistas (STOCKHAMMER, 2004). Nesse âmbito, o alinhamento de interesses, seja no mercado de trabalho, seja no mercado de capitais, dependeria do compromisso para a gestão estratégica dos recursos humanos.

Com a rápida mudança de política econômica, as empresas ficam pressionadas a gerar resultados para sobreviver, buscando incorporar inovações e aderir às práticas de maior eficácia e efetividade. Finalmente, por meio desse movimento, haveria maiores oportunidades

para avanços de carreira que se traduziriam em cargos de maior complexidade e remuneração, cujo ambiente de escassez tenderia a moldar os projetos de empresas e indivíduos dentro do escopo do mercado de trabalho, favorecendo o alinhamento para a relação ganha-ganha-ganha do *welfare state*.

Porém, essas transformações se revelaram perversos a determinados grupos. Lazonick (2012) observou que houve um movimento de reorganização do trabalho que refletiria os interesses de racionalização, de *downsizing* dos empreendimentos e da ampliação dos empregados jovens em detrimento dos funcionários de maior idade. Essa trajetória se projetaria sobretudo do contexto da década de 80, na qual avançava a concorrência internacional, e culminou em fusões e aquisições das empresas nacionais, acompanhada pela rápida informatização nos anos 90 e ao crescimento da oferta de jovens no mercado de trabalho, dispostos a aceitar os salários e direitos trabalhistas da época.

Essa disparidade estaria influenciada pelo esgotamento dos modelos econômicos protecionistas de substituição de importações (TRINDADE, 2018). As políticas de cunho desenvolvimentistas e estimuladores de estruturação de um setor industrial de maior complexidade, ao desvincular a dinâmica interna do nível de competitividade adequado aos padrões internacionais, produziu uma economia vulnerável à entrada de importados, a qual exigiu forte reação dos agentes ao passo em que foi implantada a abertura comercial no Plano Real. Portanto, a literatura ratifica que a especialização foi um fator decisivo para as empresas e os indivíduos que viriam a ser recrutados no mercado de trabalho.

Bresser-Pereira (2003) demonstra que, no decorrer da década de 90, a economia brasileira apresentou um cenário que demandou forte controle da inflação, a qual permaneceu de modo inercial, somada a um alto endividamento do Estado e, num primeiro momento, déficits sustentados nas contas públicas, contrastando com tímidas taxas de investimento e crescimento. Como os salários são corrigidos com defasagem, haveria uma transferência da riqueza dos trabalhadores para as empresas, configurando um fator de estímulo para a corrida por ativos geradores de renda e trabalhos autônomos, bem como contribuindo para economias mais estáveis. De fato, a fuga de profissionais qualificados, a concentração de renda e a informalidade estariam enraizados e ainda estariam sendo disparados gatilhos historicamente persistentes no contexto social brasileiro.

Como exemplo, na trajetória econômica recente, o país parece ter despontado de taxas de crescimento significativas a partir de 2004, obtendo um crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) per capita ao longo dos anos, com um crescimento impulsionado por aumento do

consumo interno (DUCA, 2017). Esse crescimento, contudo, revelou certa dificuldade de expansão e diversificação da oferta nacional, culminando no aumento de importações e, finalmente, na contração das taxas de crescimento a partir de 2009. Assim, conforme explora Duca (2017), há um correspondente estancamento do crescimento de assalariados com carteira assinada na economia, paralelos a uma crescente cifra de autônomos, “inchamento” do setor de serviços e a um desinvestimento interno na sua capacidade produtiva.

Em segundo plano, as modificações mais contemporâneas do capitalismo determinaram o assalariamento como condição associada ao desenvolvimento do mercado de trabalho (CARLEIAL, 2010, p. 127). Contudo, ao passo que a formalização constituiu uma realidade para a maior parte dos trabalhadores, não foi solucionada a dificuldade de obter, mesmo em momentos de bonança, a plena absorção do contingente de pessoas dispostas a trabalhar, o que corrobora com as hipóteses de desinvestimento e de falta de capital humano especializado. Entre as opções de não se inserir nas demandas apresentadas pelo mercado de trabalho e buscar atuar por iniciativa própria em atividades menos complexas, a trajetória do trabalhador estaria fortemente influenciada pelo desenvolvimento do capital humano no país.

Além disso, as exigências do atual cenário econômico propiciaram o surgimento de intermediários que prestam serviços de terceirização das atividades de recrutamento e seleção por meio de base informatizada, apresentado novos desafios e barreiras para a efetiva participação dos indivíduos no mercado de trabalho (GUIMARAES, 2017). Essa realidade tenderia a favorecer o acesso às oportunidades de trabalho formal à parcela jovem da população, sobremaneira para trabalhos temporários de curta duração e alta rotatividade (GUIMARÃES, 2016). Esse movimento pode apontar tanto para uma maior autonomia de escolha de carreira por parte dos candidatos, caso atendam aos requisitos apresentados pelas empresas para um maior nível de exigências por parte das empresas num cenário em que as tecnologias de informação e comunicação trariam mais variáveis para a dinâmica do mercado de trabalho.

Em meio à frustração da relação de ganha-ganha-ganha apresentada no trabalho, as crescentes exigências do mercado para a manutenção de uma relação de emprego, para conquistar avanços de carreira, e a proliferação de oportunidades de vínculos pouco duradouros têm remodelado expectativas de carreira de ambos os indivíduos e organizações (WILKOSZYNSKI E VIEIRA, 2013). Ao estudar a atual conjuntura, Colakoglu (2011) defende que o conceito tradicional de carreira, que estimula a fidelização do colaborador e seu posterior crescimento profissional nas organizações, vem cedendo espaço para trajetórias de

carreira mais desordenadas, dotadas de notável adensamento horizontal em detrimento da ascensão vertical.

Assim, os arranjos econômicos trazidos à tona pelos modelos atuais de reprodução do capital parecem ter aprofundado a exploração dos trabalhadores, não apenas selecionando aqueles de maior potencial para as organizações como também determinando elevados níveis de expectativa de desempenho (DA SILVA ROSA *et al*, 2017), os quais podem gerar efeitos diretos nos índices de *turnover* das empresas, bem como na formação de carreiras definidas por uma presença maior de *job rotation* na trajetória dos trabalhadores, gerando rompimentos na formação de competências. Assim, o mercado de trabalho vem contribuindo para a frustração dos candidatos, uma vez que a real aprendizagem, adquirida por meio da prática profissional, estaria cada vez mais dispersa e fracionada.

A formação de competências pelos indivíduos é, em última instância, o fator decisivo para o sucesso de indivíduos no mercado de trabalho. Em um cenário de elevada rotatividade, haveria a cisão não apenas de trajetórias profissionais, mas de expectativas que remetem à condição de vida dos indivíduos, os quais, a cada transição de emprego, sofreriam com pressões e incertezas crescentes acerca de seu futuro de carreira. As consequências dessa realidade poderiam vir na forma de uma população crescente de desalentados, uma vez que trajetórias de curta duração e a necessidade do trabalhador assumir maior responsabilidade por se manter atualizado, fazendo frente às competências exigidas pelo mercado contribuem para o aumento de desafios para os candidatos.

Por fim, é possível acreditar que a economia brasileira continuará a se desenvolver em direção aos setores mais produtivos e voltados à exportação, uma vez que a atual estrutura produtiva nacional tende a associar o crescimento econômico ao aumento da importação, o que resultaria em crises sistêmicas, favorecendo caminhos de carreira voltados ao mercado de trabalho especializado. Paralelamente, o mercado interno ditaria uma demanda por serviços crescentemente mais complexos que, em contraponto à indústria, possuem menor dependência da importação de máquinas e equipamentos, sendo favorável a oportunidade de atuação profissional de diversas áreas, bem como favoráveis à iniciativa privada de menor demanda por capital. Ainda assim, os atuais padrões de remuneração do Brasil poderiam favorecer o ingresso de plantas estrangeiras, tomando proveito de custos de trabalho menores, da posição geográfica do país e da presença de uma relativa abundância de recursos naturais.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a profunda transformação da economia brasileira produzida através da abertura econômica, grandes grupos nacionais e internacionais dotados de grande capital se fariam presentes no país em busca de oportunidades para a diversificação de suas fontes de acumulação de capital. Nesse cenário, houve a necessidade de formação de capital humano não apenas especializado, mas com uma multiplicidade correspondente de competências para lidar com uma complexidade crescente e acelerada de mudanças, bem como disposição para trabalhar em ambientes desafiadores e de maior rotatividade.

Com o crescente avanço do setor privado na economia, devido ao recuo da atuação direta do Estado nas atividades produtivas, é possível supor uma maior agilidade nas mudanças do mercado de trabalho no período que sucederá. Essas mudanças vieram não somente para reforçar as mudanças nas trajetórias de carreira dos indivíduos, mas também formar bases para uma profunda modificação qualitativa em curso na dinâmica de emprego e progresso de carreiras, onde poderia se esperar uma disseminação do progresso tecnológico de atividades cada vez mais complexas para a economia nacional conforme essa virá a demonstrar maior grau de atração para essas frente a outros países.

Em termos de integração às modernas práticas de mercado das empresas por meio do aprendizado facilitado pelas inovações em informação e comunicação, haveria vantagens para a atualização das iniciativas mais tradicionais. Essa relativa democratização do conhecimento poderia se apresentar como um oportunidades de grandes saltos para o *networking* entre indivíduos e empresas, facilitando atuações de profissionais que ensejem trabalhar de modo individual e com pouco capital. Em contrapartida, os profissionais que não estejam perseguindo ativamente uma adaptação, principalmente aqueles que apresentem trajetórias com mais cisões e rotatividade, estariam com um maior risco de sucumbirem aos índices de desalentados.

Apesar das flutuações econômicas e das heranças históricas, o Brasil ainda permanece como uma das economias globais de maior potencial. Em paralelo, persiste o fato de que o mercado interno sofreu fortes restrições quanto à sobrevivência e à iniciativa de investimentos produtivos, acompanhada pela forte atuação de capitais estrangeiros que almejam auferir lucros expressivos por meio do financiamento da dívida brasileira e o acesso às oportunidades de seu mercado interno.

Assim, as perspectivas para o mercado de trabalho no Brasil apontam para o otimismo em relação à capacidade de geração de empregos, uma vez que possuímos uma economia na qual ainda despontam oportunidades para o investimento produtivo, para a atuação de profissionais individuais mais adaptados às necessidades do mercado e, de modo geral, para o crescimento econômico. Isso, somado ao fato das reduções nas taxas de juros, poderia levar o país a uma ampliação setorialmente heterogênea no número de firmas, a qual favoreceria empreendimentos grandes, pequenos, micros e individuais que são todas formas viáveis de participação na atual dinâmica de destruição criativa da economia.

REFERÊNCIAS

- AMARAL, M. *Teorias do imperialismo e da dependência: a atualização necessária ante a financeirização do capitalismo*. Tese de Doutorado- USP, São Paulo, 2012, 147 p.
- ATTÍLIO, L. A. *Financeirização e acumulação de capital fictício na economia brasileira*. Revista Ciências do Trabalho, n. 11, 2018.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. *Macroeconomia do Brasil pós 1994*. in Análise Econômica, 21(40) setembro, 2003: 7-38.
- BRUNO, M.; DIAWARA, H.; ARAÚJO, E.; REIS, A. e RUBENS, M. Finance-Led Growth Regime no Brasil: Estatuto Teórico, Evidências Empíricas e Consequências Macroeconômicas. Texto para discussão, n. 1455, IPEA, 2009.
- CARDOSO, F. H; FALETTTO, E. *Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1970.
- CARLEIAL, L. *Subdesenvolvimento e mercado de trabalho: uma análise a partir do pensamento latino-americano*. Sociologias, Porto Alegre, v. 12, n. 25, set./dez. 2010.
- CHESNAIS, F. *A Mundialização financeira*. Xamã, 1996.
- COLAKOGLU, S. *The impact of career boundarylessness on subjective career success: The role of career competencies, career autonomy, and career insecurity*. Journal of Vocational Behavior, 2011, v. In Press, Corrected Proof,
- CRONIN, M.J. *Doing Business on The Internet: How the Electronic Highway is Transforming American Companies*. New York: Van Nostrand Reinhold, 1994.
- DA SILVA ROSA, F; ZAMPIER, M.; STEFANO, S. *Tipos de carreira: análise da produção científica*. Revista de Carreiras e Pessoas (ReCaPe). ISSN 2237-1427, v. 7, n. 1, 2017.
- DUARTE, P. H.; GRACIOLLI, E. *A Teoria da Dependência: Interpretações sobre o (Sub) Desenvolvimento na América Latina*. In: V Colóquio Internacional Marx e Engels, Campinas, UNICAMP, 2007.
- GILPIN, Robert. *A Economia Política das Relações internacionais*. Brasília: Editora da UNB, 2002.
- DUCA, F. *Desempenho recente do mercado de trabalho no brasil: Uma avaliação da profundidade da crise econômica*. Revista Ciências do Trabalho, n. 7, 2017.
- FURTADO, C. *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro, Contraponto : Centro Internacional Celso Furtado, 2009.
- GORZ, A. *Metamorfoses do trabalho*. AnnaBlume, 2003
- GUIMARÃES, N. *Trabalho intermediado, percursos instáveis e sociabilidade juvenil*. Linhas Críticas. v.22, n.47, p. 15-40, jan./abr. 2016.
- GUIMARAES, N. *Desemprego e procura de trabalho. Alguns desafios*. Revista ciências do trabalho, n. 7, 2017.
- HARVEY, D. *O neoliberalismo: história e implicações*. Edições Loyola, 2005.
- KEYNES, J. M. *A teoria geral do emprego, do juro e da moeda*. São Paulo: Nova Cultural, 1996.
- KON, A. Atividades terciárias: induzidas ou indutoras do desenvolvimento econômico? In: FERRAZ, J. C.; CROCCO, M.; ELIAS, L. *A Liberalização econômica e desenvolvimento*. São Paulo: Futura, 2003.
- LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. *Fundamentos de Metodologia Científica*. São Paulo: Atlas, 2003.

- LAZONICK, W. *Financialization of the U.S. corporation what has been lost, and how it can be regained*, 2012.
- MARINI, R. *Dialética da Dependência* (A). In: SADER, E. *Dialética da Dependência*. 1ª edição. Petrópolis: Vozes, 2000. cap. 2, p.105 – 165.
- MARTINS, S. *Rentismo e autoritarismo: fundamentos seculares de uma urbanização anticomunista*. In: SPOSITO, M. E. B. (Org.). *Urbanização e cidades: perspectivas geográficas*. Presidente Prudente: GASPERR-Unesp, 2001. p. 97-126.
- MARX, K. *O Capital: Crítica da economia política*. Vol I-III. São Paulo: Nova Cultural, 1988.
- MELO, H.P. De; ROCHA, C.F.L; FERRAZ, G; DI SABBATO, A; DWECK. R.H. *O setor serviços no Brasil: uma visão global – 1985/95*. Rio de Janeiro: IPEA, 1998. 43p. (Texto para discussão nº 549).
- MIRANDA, B. *Impactos da Financeirização Sobre a Fragilidade Micro e Macroeconômica: Um Estudo para a Economia Brasileira entre os Anos de 1995-2012*. Tese (Doutorado em Economia). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.
- MOLLO, M. *Financeirização como Desenvolvimento do Capital Fictício: A Crise Financeira Internacional e suas Consequências no Brasil*. Universidade de Brasília, 2011. 26p. (Texto de Discussão, 358).
- OREIRO, J.; FEIJÓ, C. *Desindustrialização: conceituação, causas, efeitos e o caso brasileiro*. Revista de Economia Política, vol.30 no.2, São Paulo: junho 2010.
- OSORIO, J.; LUCE, M. (orgs.). *Padrão de reprodução do capital: contribuições da teoria marxista da dependência*. São Paulo (SP), Boitempo: 2012.
- PALMA, G. *Four sources of 'de-industrialisation' and a new concept of the 'dutch disease*. In: OCAMPO, J. A. (Org.). *Beyond reforms: structural dynamics and macroeconomic vulnerability*. Stanford University Press and World Bank, 2005.
- PINTO, E.; GONÇALVES, R. *Modelos de Desenvolvimento e Desempenho Macroeconômico: Brasil*. Texto de Discussão, vol. 17, UFRJ, 2015.
- POCHMANN, M. *Velhos e novos problemas do mercado de trabalho no Brasil*. Indicadores Econômicos FEE, v. 26, n. 2, p. 119-139, 1998.
- SCHUMPETER, J. A. *Teoria do desenvolvimento Econômico*. Os Economistas. São Paulo: Abril, 1984.
- SMITH, A. *A riqueza das nações – investigação sobre sua natureza e suas causas*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- SRAFFA, Piero *Produção de mercadorias por meio de mercadorias: prelúdio a uma crítica da teoria econômica*. Rio de Janeiro. Zahar, 1977
- STOCKHAMMER, E. *Financialisation and the slowdown of accumulation*. Cambridge Journal of Economics, vol. 28, n. 5, p. 719-741, 2004.
- TRINDADE, J. *Breve contextualização da atual configuração da dependência latino-americana e a economia mundial capitalista: uma agenda de debates*. Revista de Economia Regional, Urbana e do Trabalho, v. 7, n. 2, p. 5-34, 2018.
- VERDOORN, P. J. *Fattoricheregolenolosviluppodellaproducttivitadellavaro*. L'Industria, 1949.
- WILKOSZYNSKI, C.; VIEIRA, F. *Carreiras contemporâneas: desafios e contradições frente às mudanças do mundo do trabalho*. Revista de Gestão do Unilasalle, Canoas, v. 2, n. 1, p. 39-58, abr. 2013.

ABSTRACT

In the last decade we can observe the change in the patterns inherited from past historical periods. In this historical moment, the discussion about unemployment, compensation, informality and better working conditions commonly establishes that we persist in a path strongly related to the dynamics of capitalism in progress, having undergone reflections consistent with the economic policies of governments and the globalization of productive chains. After the deep transformation of the Brazilian economy, produced through economic opening, large national and international groups with great capital made themselves present in the country in search of opportunities for the diversification of their sources of capital accumulation. Despite economic fluctuations and historical inheritances, Brazil still remains one of the global economies with the greatest potential. At the same time, the internal market has been subject to severe restrictions on the productive investment initiative, which is reflected in the strong attraction of foreign capital that seeks to generate significant profits through the financing of Brazilian debt. Thus, this study concluded that the prospects for the labor market in Brazil are favorable to the capacity to generate jobs, since we have an economy in which there are still several opportunities for productive investment.

Keywords: labor, employment, economy, Brazil